

PATRIMÔNIO CULTURAL, LEITURA E FORMAÇÃO: a atuação docente

ROSIMAR SERENA SIQUEIRA ESQUINSANI*
VALDOCIR ANTONIO ESQUINSANI**

RESUMO

O estudo procura demonstrar até que ponto o professor é capaz de tornar a leitura um princípio formativo, consolidando a noção de patrimônio cultural. Para tal intento, exprime resultados de uma pesquisa ancorada na metodologia da observação participante e realizada em contexto escolar de 2002 a 2009. Materializado em práticas leitoras, o texto aponta a escola como espaço essencial na formação de leitores, bem como assume o protagonismo do professor enquanto mediador do processo. Como conclusão, demonstra o potencial da leitura enquanto princípio formativo utilizado para consolidação do patrimônio cultural de um povo, que se expressa, em grande medida, através de sua produção literária. Nesta direção, a leitura pode estabelecer laços com a memória, tomando para si valores que constituem e transcendem gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; leitura; formação do leitor.

ABSTRACT

This paper seeks to demonstrate the extent to which the teacher is able to make reading as a formative principle, reinforcing the notion of cultural heritage. For this purpose, it expresses the results of a research grounded in the participant observation methodology and carried out in schools from 2002 to 2009. Consisting of reading practices, the article points out the school as a key in the formation of readers as well as assumes the role of the teacher as a facilitator of the process. In conclusion, it demonstrates the reading potential as a formative principle used to consolidate the cultural heritage of a people, which is expressed largely through his literary output. In this sense, reading can establish links with memory, taking on values that constitute and transcend generations.

KEYWORDS: Cultural heritage; reading; reader's training.

O escritor era um fazedor de mensagens, criador de signos, mas esses signos e mensagens precisavam de um mago que os decifrasse, que reconhecesse seus significados, que lhes desse voz.
Alberto Manguel¹

Introdução

Entre as heranças mais inexauríveis da modernidade encontra-se a instituição escolar, espaço de sistematizações visando atender “a necessidade de dominar uma certa quantidade de conhecimentos e destrezas para desenvolver-se em qualquer trabalho ou fora dele em uma sociedade industrializada e urbanizada”.² Por este ponto de vista, a escola constituiu-se como a instituição responsável pela sistematização e transmissão do legado cultural e das formas de produção e (re)produção social.

De outra maneira, Sarmento propõe a associação entre instituição escolar e espaço para consolidação de uma base simbólica e cultural, ao manifestar que

As escolas são lugares onde as interações comunicativas e simbólicas têm como pretexto e fundamento ordenar, legitimar e garantir as interações comunicativas de toda a sociedade através da padronização de conhecimentos, técnicas e valores socialmente validados pelo Estado para serem comunicados às jovens gerações.³

Para consecução deste intento, é importante que tais interações sejam ordenadas em torno de objetivos vinculados aos conhecimentos, técnicas e valores que serão comunicados. Ou seja, a escola é a instituição, por excelência, da sistematização e do planejamento.

Na elaboração desta tarefa, o professor é elemento essencial, uma vez que cabe a ele planejar, organizar e propor ações que desemboquem na atividade-fim da educação: o ensino-aprendizagem. Nesta trama e entre outras possibilidades, a leitura (como metodologia ou como conteúdo) pode ser um princípio formativo, de acordo com os objetivos desenhados e a atuação empenhada pelo professor.

Nesta direção, o estudo tematiza centralmente o patrimônio cultural, na medida em que coloca a leitura como opção metodológica e princípio formativo para a construção identitária, via memória, potencializada pelo protagonismo e atuação do professor. Para tanto, o texto discute, minimamente como a atuação docente pode interferir positivamente no desenvolvimento do tema e até que ponto alguns elementos próprios da atuação docente (elaboração e aplicação de metodologias; planejamento; estratégias; dinâmicas etc.) são capazes de tornar a leitura um princípio, de fato, formativo.

As políticas (ou escolhas) através das quais o professor desenvolve sua prática pedagógica junto à classe e que são consubstanciadas por ações como organização dos espaços; proposição de atividades; interação e fomento a interação; favorecimento de situações de aprendizagem; aplicação de estratégias metodológicas; expressam, na medida, o espírito e o conteúdo dos referenciais que guiam o seu trabalho pedagógico, bem como o seu compromisso para com princípios e conteúdos como a leitura, exemplarmente.

O texto apóia-se na premissa de que a forma como o professor gesta as atividades pedagógicas em classe será definidora para o sentido que o discente atribuirá à leitura e suas compreensões acerca do patrimônio cultural de seu grupo de pertencimento; assim como a leitura poderá constituir-se em ferramenta de formação escolar para este discente.

Se encaminhada a partir de escolhas metodológicas e de uma atuação docente adequada, a leitura significará mais do que cumprir um roteiro de aula ou uma atividade curricular. Significará envolver memória pessoal e coletiva, referendando ou sistematizando a cultura do grupo, no momento em que adensa tanto o capital cultural do aluno, quanto sua história e mesmo a história coletiva, mobilizando a mente e o afeto.

Cabe sublinhar ainda, como condição inerente ao processo descrito, o papel desempenhado pela escola como mediadora cultural de um grupo. É através da escola que parcela do grupo discente terá acesso a obras literárias;

bem como a escola poderá constituir-se no espaço (local, fórum, arena etc.) adequado para a discussão literária.

Na instituição escolar se desenvolvem relações de educação formal de tal forma que, hodiernamente, a função social mais propalada para a educação escolar é servir de via de acesso aos 'códigos de modernidade', ou às capacidades

[...] requeridas para o manejo das operações aritméticas básicas, a leitura e compreensão de um texto escrito, a comunicação escrita, a observação, descrição e análise crítica do entorno, a recepção e interpretação das mensagens dos meios de comunicação modernos e participação no desenho e execução de trabalhos em grupo. ⁴

Entre as funções da educação dentro da instituição escolar, está a leitura como ferramenta ou código da modernidade, reforçando o papel da escola em fomentar a leitura como prática cotidiana. Entretanto, a leitura como prática educativa, sob a perspectiva deste texto, ocupa uma posição para além do instrumento de decodificação da língua: figura como um instrumento de decodificação do patrimônio cultural de um grupo, de suas relações de pertencimento, dos seus legados intergeracionais.

Para consecução dos objetivos propostos, o texto embasa-se em uma pesquisa de cunho qualitativo, fundamenta no procedimento da observação organização pedagógica encetada em duas classes (turmas) de alunos e o desenvolvimento de práticas leitoras desdobradas como metodologia de aula – propostas de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola – e, posteriormente, (re)significadas no contexto da pesquisa.

As práticas leitoras desenvolvidas como parte da pesquisa constituem atividades de leitura preparadas a partir da prescrição curricular de obras literárias, tais como: debates sobre autores (referências biobibliográficas), exposições, contação de histórias, recitais, dramatizações, projeção de filmes, murais etc., planejadas para o componente curricular de Língua Portuguesa, que está associado, devido à estruturação curricular da escola lócus da pesquisa, aos componentes de Literatura e Produção Textual.

Tais práticas são realizadas com alunos dos 3^{os} anos do Ensino Médio de uma escola pública pertencente à rede estadual de ensino, localizada em

um bairro periférico do município de Passo Fundo (norte do Rio Grande do Sul), entendendo-se por periferia os bairros e vilas que se constituem nos limites das cidades, muitas vezes sem condições de urbanização adequadas e aos quais acorrem famílias com menor poder aquisitivo, “expulsas” do centro urbano pela especulação imobiliária que inflaciona as residências mais centrais.

As referidas práticas leitoras resultam em produções textuais e memórias/registros que são objetos de exame para categorização e desenvolvimento da pesquisa. Para execução das práticas leitoras, são indicadas obras literárias disponíveis no acervo do educandário, arroladas de acordo com critérios discutidos em aula, como densidade e linguagem; elementos de crítica literária; informações adicionais trazidas pelos alunos; interesses temáticos; referências interdisciplinares; possíveis contrapontos com outras produções acerca da obra (como filmes, minisséries, paródias etc.).

Literatura e leitura: a consolidação de um patrimônio cultural

É preciso, inicialmente, deixar clara a associação entre literatura e patrimônio cultural, tomando como referência o texto constitucional, na medida em que o artigo 216 da Carta de 1988 expressa:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁵

O patrimônio cultural é definido e representado, *grosso modo*, por um conjunto de bens materiais e imateriais definidos em uma única e abrangente expressão: os bens culturais, que são

[...] simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos.⁶

Os bens que constituem o patrimônio cultural são, porquanto, “coisas criadas pelos homens mediante projeção de valores, ‘criadas’ não apenas no sentido de produzidas, não só do mundo construído, mas no sentido de vivência espiritual do objeto”.⁷ Quando tangível, um bem cultural adquire estatuto de material, quando constitui-se por “produtos culturais apreensíveis fisicamente”.⁸

Todavia, a pergunta pertinente à temática deste texto é: uma obra literária é patrimônio material ou imaterial? Como livro (ou outras mídias), é físico, tangível, palpável, sensível; mas como contributo para a formação cultural e a memória de um povo, trata-se de uma estrutura (*sic*) imaterial.

Como definir, então, a linha (nem tão óbvia) que separa um patrimônio cultural material de um patrimônio cultural imaterial? Inicialmente cumpre destacar que algumas discussões são apenas de ordem semântica, uma vez que se tomada ao pé da letra, uma obra literária é um bem material. Entretanto, se tomada em seu alcance, amplitude e representação simbólica, ela foge de qualquer materialidade suposta.

No escopo desta divisão cabe diferenciar, com respaldo teórico, o patrimônio material e imaterial:

Talvez o melhor exemplo para ilustrar a especificidade do que se esta entendendo por patrimônio imaterial [...] seja a arte dos repentistas. Embora a presença física dos cantadores e de seus instrumentos seja imprescindível para a realização do repente, é a capacidade de os atores utilizarem de improviso, as técnicas de composição dos versos [...] que produz a cada “performance”, um repente diferente. Nesse caso, estamos no domínio absoluto do aqui e agora, tampouco sem possibilidade, a não ser por meio de algum registro audiovisual, de perpetuar esse momento.⁹

Há, pois, um duplo estatuto que circunda a literatura: é tangível como espaço de divulgação, mas também é intangível, na proporção em que exprime mais do que formalmente as ideias de seu autor ou a materialidade de suas páginas: insere-se no inconsciente coletivo, define pontos de vista, aguça identidades, manifesta sentimentos, congrega valores enfim, estabelece vínculos de pertença.

A literatura estabelece-se na região fronteira entre o patrimônio cultural material e imaterial, carregando consigo um contencioso hibridismo, pois, sendo de apreensão subjetiva, a leitura de uma obra literária é sempre imaterial. Todavia, constituída por uma materialidade física em sua condição de produção e socialização (seja por meio impresso, seja com as novas mídias ascendentes); bem como por uma materialidade inerente na apropriação e reprodução por parte do leitor, a literatura é mensurável, tangenciável, permanente e, por assim, materializável.

É importante asseverar que a materialidade da obra literária como patrimônio cultural não reside – necessária e intrinsecamente – na aceção física do livro, pois que novas tecnologias têm chancelado outras formas de divulgação literária. Tal materialidade residiria na concepção cultural de referência posterior ao seu uso, típico da leitura de uma obra literária. Ou seja, o livro não se esgota em si e não é materializável apenas na relação leitor–autor, mas em toda uma gama de sujeitos co-relacionados com a produção cultural que a literatura envolve.

Ainda como ponto de reflexão, importa asseverar que um livro não é apenas um conglomerado de letras, frases, sentenças e textos. Trata-se da manifestação de valores, vontades, sonhos e atitudes que são alusão a um comportamento coletivo. Destarte, a literatura carrega um patrimônio imaterial de natureza intangível, uma vez que em uma obra são expressos “valores em suporte não materiais, tais são as credices, cultos, danças, festas, que não compreendem produtos culturais apreensíveis fisicamente [...]. Seu produto consiste especificamente no manifestar-se”.¹⁰

Localiza-se, assim, a literatura como bem patrimonial de estatuto híbrido (em uma discussão rasa) e a leitura como princípio metodológico.

Nesta direção, a leitura pode colocar-se diante de uma obra literária tomada como patrimônio cultural, na mesma linha das ações como tombamento, restauração e conservação do patrimônio, pois que seu sentido último reside na salvaguarda e divulgação de um patrimônio cultural.

O patrimônio cultural labora, basicamente, com a memória, pois se serve dela para construir as identificações necessárias para ter o estatuto de patrimônio (um patrimônio só o é em relação ao sentido que lhe podemos imputar):

Como aduz Carneiro: “a memória está diretamente ligada ao patrimônio de um povo, pois gera, a partir da cultura, tomada em suas manifestações naturais, materiais e imateriais, um ponto de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração”.¹¹ Não se trata de uma simples alusão, mas de argumentos que mobilizam a mente e o afeto, enredando a memória no sentimento de pertencimento e de lugar de referência. E na tessitura da memória, a escola desempenha importante papel, assinalado pela atuação do professor, uma vez que é necessário

estimular a comunidade a apropriar-se de seus bens culturais tangíveis e intangíveis, integrando-os às suas vidas e ao seu cotidiano. Ao fazê-lo, acabam retomando emoções, costumes, modos de viver e formas de entender o mundo que se entrelaçam às reminiscências do tempo pretérito e corroboram para a construção das identidades individuais e coletivas no presente. A preservação dos espaços de sociabilidade e do patrimônio material e imaterial contribui para aflorar afetos que estimulam o sentido de pertencimento da comunidade.¹²

Se um museu pode se constituir em um espaço de guarda e memória de obras significativas, referenciado pelo seu curador e com a disponibilidade de técnicas de preservação do patrimônio, sendo assim capaz de atingir os objetivos descritos acima; também a escola como espaço, o professor como mediador e a leitura como instrumento/metodologia, são capazes de, através de obra literária, estimular a comunidade a apropriar-se de seus bens culturais, como descrito.

Professor: protagonismo e formação

Hodiernamente, a profissionalidade docente está colocada como

agenda de discussão, suscitando expectativas quanto aos novos desenhos e definições de suas funções sociais e profissionais. Sobre este assunto:

o professor é hoje posto em xeque principalmente pela sua condição de fragilidade em trabalhar com os desafios da época. Entre eles, talvez os mais significativos sejam: as novas tecnologias de informação, a transferência de funções da família para a escola e a lógica de produtividade e mercado que estão definindo os valores da política educacional e até da cultura ocidental contemporânea.¹³

Neste caminho, discutir o papel do professor enquanto protagonista de uma classe de alunos faz sentido como um elemento que visa adensar as discussões sobre como e por quais traçados o professor desempenha sua função (e qual função seria esta).

Em relação à leitura e formação do leitor existem três níveis de atuação: (a) há políticas públicas nacionais que impulsionam a leitura e o acesso ao livro, como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL); (b) há a ocorrência de políticas regionais e locais, tais como: eventos literários; construção de espaços coletivos para leitura; aquisição estrutural de acervo; premiações literárias etc; (c) assim como existem as políticas de sala de aula, que atuam em um nível reduzido de abrangência, mas com possibilidades singulares de êxito.

Na pesquisa em tela o professor, de forma alguma, é um agente passivo. Seu papel não se limita a indicação de obras literárias e a algum trabalho eventualmente realizado com a obra indicada, como a histórica ficha de leitura. Trata-se de um envolvimento ativo e orgânico, onde o professor, além de indicar a obra com base em discussões prévias e acordos tecidos bilateralmente em aula, busca elementos que auxiliem o aluno a compor seu próprio painel de referência cultural e identificação com o livro:

A cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela; dir-se-á que é pela e na educação, através do trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma tradição docente, que a cultura se transmite e se perpetua: a educação 'realiza' a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária da continuidade humana.¹⁴

Dentro desta perspectiva, o professor é figura relevante. Seus comentários são aguardados e seus pontos de vista acerca das obras são sempre uma trama a mais na tessitura da identidade do grupo. Os alunos aguardam o comentário do professor como um elemento de formação de sua própria opinião sobre o que estão lendo e a forma como se apropriam da obra. Isto porque o professor é, em última instância, o responsável pelas modalidades de organização e gestão do trabalho pedagógico em sala de aula. As relações de cultura política, queira o professor ou não, esteja consciente do seu papel ou alheio a qualquer movimento, são constituídas no espaço cotidiano. Qualquer movimento só é possível pela intervenção docente, protagonista que contribuirá decisivamente para o triunfo ou naufrágio de qualquer ato de inovação na gestão ou prática pedagógica.

Kuenzer exemplarmente aponta que “leitura, escrita e fala não são tarefas escolares que se esgotam em si mesmas; que terminam com a nota bimestral. Leitura, escrita e fala – repetindo – são atividades sociais, entre sujeitos históricos, realizadas sob condições concretas”,¹⁵ assim, a interferência docente no processo é mais do que uma tarefa inerente às suas obrigações laborais. Nesta direção, ler significa mais do que cumprir um roteiro de aula ou uma atividade curricular; significa envolver memória pessoal e coletiva, referendando o patrimônio cultural do grupo e adensando tanto a história pessoal quanto a história coletiva, mobilizando a mente e o afeto.

Uma simples “roda de leitura”, por exemplo, poderá carregar algo mais que uma conversa sobre o texto, trazendo à baila, em sala de aula, diferentes possibilidades de interpretação e interação, permitindo a construção de um referencial sobre o texto que seja compartilhado por todos.

No processo analisado, o professor e suas práticas pedagógicas privilegiaram a experiência que os leitores vivenciaram em suas relações com os livros, o olhar para a leitura como potencial identitário, em detrimento da visão de consumo cultural, no qual podemos perceber que:

os textos são muitas vezes reduzidos aos nomes de seus autores, aos seus títulos ou às categorias genéricas às quais se considera que pertencem (romance sentimental, romance policial, literatura

clássica...) e essas informações funcionam apenas como indicadores de sua legitimidade cultural mais ou menos grande.¹⁶

Todavia, para formação de uma classe “leitora”, o exemplo do professor é fulcral, pois expressa também a significação que o mediador do grupo estabelece com as propostas de trabalho pedagógico que enceta. Nesta direção (e com a devida adaptação contextual):

O fato de ver os pais lendo jornais, revistas ou livros pode dar a esses atos um aspecto “natural” para a criança, cuja identidade social poderá construir-se sobretudo através deles (ser adulto como seu pai ou sua mãe significa naturalmente, ler livros...).¹⁷

Cabe sublinhar ainda o papel da escola como mediadora cultural de um grupo. Não é panfletário dizer que muitos dos alunos das escolas públicas não teriam acesso a um sem-número de referências literárias não fosse pela ação da mesma. É a escola pública que garante, democraticamente, a discussão e incorporação mínima de alguns referenciais do patrimônio cultural de um povo. Trata-se da escola como elemento de mediatização no processo de construção do vínculo identitário de pertença grupal e apropriação do patrimônio cultural.

A experiência, objeto de análise, mostra a dimensão que a escola e o professor podem tomar como mobilizadores da leitura enquanto princípio educativo, no processo de construção do vínculo identitário. A leitura fomentada na (ou através da) escola de educação básica consubstancia-se em um contributo essencial para objetivar, tornar visível e real a identidade de um povo, marcando suas memórias coletivas e o sentimento de pertença a um dado espaço simbólico e social, assim como constituindo o seu legado cultural. Nesta perspectiva, a gestão da classe promovida pelo docente, se conduzida por um planejamento adequado, pode transformar o ato de ler em algo mais do que o cumprimento de uma tarefa de aula.

Ao trabalhar com informações advindas de uma obra literária, o professor está criando uma estrutura de referência que visa dotar o sujeito de uma materialidade acerca de seu patrimônio cultural, uma vez que se

estabelecem laços de pertencimento e identidade, significando leituras para além de um simples ato de decodificação.

Eis importante tarefa da atuação docente: se o professor pretende desenvolver o conceito e os vínculos com uma obra a partir do seu potencial formativo na condição de patrimônio cultural, a escolha da obra deve levar em conta a fortuna crítica acerca da mesma, bem como seu lugar na tradição cultural e literária daquele espaço.

Nesta direção, o trabalho com uma obra acerca dos aborígenes da Austrália, por exemplo, não permite a utilização desta referência literária como material e a leitura como metodologia de desenvolvimento do sentido de patrimônio cultural e dos vínculos identitários, se referida a um grupo de alunos que reside no interior sul-rio-grandense.

As evidências amparadas nas observações de campo apontam para o potencial da leitura enquanto princípio formativo utilizado para consolidação do patrimônio cultural de um povo, que se expressa, em grande medida, através de sua produção literária.

Nesta direção, a leitura é mais do que a mera decodificação de símbolos, pois pode assegurar a continuidade histórica de um grupo por laços estabelecidos pela memória, tomando para si valores que constituem e transcendem gerações.

Faz sentido assim a definição do ato de ler advinda de Kleiman,¹⁸ indicando que “ler é a interação, por meio do texto, de um interlocutor distante com suas ideias já expressas e sem a interferência da convivência” mas não descolada de um mediador qualificado, papel este que pode ser reservado ao professor e suas (bem) empregadas estratégias de gestão classe.

Ser leitor é desfrutar da leitura, personalizar e identificar-se com o texto, refletir, fortalecer a capacidade crítica, enfim, interagir. A leitura pode ser fomentada e fortalecida na escola, pelas opções metodológicas do professor e assim, tornar-se um estilo de vida.

Para ler é preciso compreender o vocabulário e as construções das frases, entender ironias, contextualizar. A formação do leitor não se dá

descolada deste amálgama de condições que implicam, de sobremaneira, a presença docente.

São as estratégias adotadas pelo professor que fornecem o sentido ao que o discente está lendo. Não basta informar um livro de literatura regional, por exemplo, e desejar que os alunos desenvolvam uma atitude de identidade territorial ou regional. A identidade constrói-se em interações que passam também pelas dinâmicas de sala de aula.

Isto porque a identidade é fortemente referenciada nos sistemas culturais. Deles ela depende e por eles é moldada.

A identidade torna-se uma “celebração” móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia [...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados com a multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.¹⁹

Por outro lado, a identidade tem um aspecto de solidez, pois une o sujeito à estrutura, servindo de unidade e referência para o pertencimento: “a identidade [...] costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.²⁰

É possível, pois, ao professor que estabelece estratégias de atuação em classe atentando para a leitura como elemento educativo/formativo, estabelecer uma interação com as estratégias metacognitivas de apropriação da leitura,²¹ ou a predição, entendida como a antecipação ao texto; a seleção, que se constitui na capacidade de selecionar apenas os códigos importantes para a compreensão e propósitos da leitura; a inferência ou o ato de completar/enriquecer a leitura com conhecimentos já adquiridos; a confirmação ou o feedback acerca da leitura realizada, e a correção, composta pelo levantamento de hipóteses buscando sentido ao que lê.

Nesta sequência de estratégias, a intervenção e interação docente pode contribuir enormemente para a apropriação da obra, pois sem interação um

livro é apenas um objeto. O que o vivifica são os olhares do leitor. Trata-se do desenvolvimento do gosto, do prazer de ler, associado fundamentalmente ao sentido em relação ao que se faz, pois “ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo do qual não consegue extrair o sentido”.²²

Justamente por esta razão, o ato consciente e sistematizado de formação do leitor – possível na escola e em outras instituições sociais -, implica na desconstrução da suposta neutralidade do texto. É preciso perceber a historicidade que está subjacente ao texto, “percebendo que atrás de cada texto há um sujeito, com uma prática histórica, uma visão de mundo (um universo de valores), uma intenção”.²³ O professor é o profissional mais adequado para assumir a tarefa de contextualizar a leitura, mediatizando e trazendo informações relevantes, incorporando e adensando o texto, situando-o.

Nesta direção, sabemos que “toda leitura é interpretação, e o que o leitor é capaz de compreender e de aprender através da leitura depende fortemente daquilo que o leitor conhece e acredita a priori, ou seja, antes da leitura”.²⁴ Outros alunos, com outro docente e outras estratégias de gestão da classe, executando o mesmo tipo de leitura chegariam a conclusões diversas das estabelecidas pelo grupo acompanhado. A leitura é, pois, única e singular. Estabelece vínculos de identidade especialmente pela força do que desperta, do sentido que constrói; pouco pelas mãos do que aproxima ou generaliza.

É no processo de contextualização que o ato de ler encontra amparo, pois ao colocar os elementos do cenário onde se desenvolverá a narrativa do texto, o professor está fomentando a leitura de uma maneira contextualizada e atentando para formações culturais que vão ao encontro da salvaguarda de um patrimônio cultural, uma vez que a “[...] cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, a suas necessidades e seus projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza”.²⁵

É possível afirmar, ainda, com base na pesquisa, que a atuação docente e as políticas e ações de gestão da classe (planejamento,

desenvolvimento e dinâmica de aula, avaliação, consistência da proposta pedagógica etc.) são fundamentais para que a leitura seja um princípio educativo e não uma mera tarefa de aula, envolvendo a memória pessoal e coletiva; referendando o patrimônio cultural do grupo e adensando referenciais de cultura.

Conclusão

A instituição escolar é, por princípio, um dos espaços mais adequados para a formação do leitor. A leitura fomentada na (ou através da) escola de educação básica – sobretudo na escola pública, pelo princípio da universalização do ensino e ampliação do leque referencial e de pertença a grupos sociais –, consubstancia-se em uma contribuição essencial para objetivar, tornar visível e real a identidade de um povo, marcando suas memórias coletivas e o sentimento de pertinência a um dado espaço simbólico e social, assim como constituindo seu patrimônio cultural

A cultura vem da alma, do gênio de um povo. A nação cultural precede e chama a nação política. A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade.²⁶

Assim, o patrimônio cultural de um grupo social, expresso em grande medida através de sua produção literária, garante a continuidade histórica do grupo que se aproxima identitariamente, tomando para si (incorporando e defendendo) valores que transcendem gerações. Da mesma forma, é através da memória de um povo (que é coletivo) que legitima-se a aproximação entre o indivíduo (privado) e o coletivo/grupo (público).

A literatura é composta por dois processos, um expressivo, a escrita, e um processo receptivo, a leitura,²⁷ tornando-se elo de ligação entre autores e receptores; entre gerações diversas; espaços e tempos diferenciados, forjando o sentimento de pertencimento a um patrimônio cultural que é atemporal, maior que o espaço e tempo presentes. E esta relação, na medida, fornece a liga identitária de uma coletividade mais fortemente do que delimitações

espaciais ou subserviências a governos, pois a literatura tem uma inegável dimensão psicológica, tornando familiar as ideias e ideais mobilizados, compartilhando sentimentos de pertença entre autores e leitores, no caso em exame, sentimentos mediatizados pela ação da escola.

Partindo destas premissas, o estudo procurou demonstrar a potencialidade da leitura enquanto opção metodológica e princípio formativo, dinamizada por políticas de gestão da classe empregadas pelo professor.

Nesta direção, a leitura consubstancia-se enquanto opção metodológica para a construção identitária, através da memória, construção de referenciais e consolidação do patrimônio cultural, que pode ser, em grande medida, potencializada por políticas de gestão da classe empregadas pelo professor.

Ser leitor é, pois, uma condição. A condição de pensar, desfrutar da leitura, personalizar o texto, refletir, analisar criticamente, em outras palavras, a leitura é um estilo de vida. É transpor-se e, neste ato, vivenciar aprendizagens e interações.

Sendo uma condição (e não um condicionante), a leitura pode ser fomentada na/pela escola, pela intervenção docente, forjando o patrimônio cultural a partir do princípio formativo da mesma.

Deste papel/tarefa a escola não pode declinar, sob o risco de falhar qualitativamente, pois o legado cultural traz a história de um determinado grupo social, sendo fundamental para que um povo mantenha vivas suas crenças, transmitidas através da educação sistematizada para as gerações que se seguem.

NOTAS

* Doutora e professora da Universidade de Passo Fundo. E-mail: rosimaesquinsani@upf.br

** Mestre e professor da Universidade de Passo Fundo. E-mail: valdocir@upf.br

¹ MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 207.

- ² ENGUITA, Mariano. *A face oculta da escola*. Educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989, p.130.
- ³ SARMENTO, M.J. *A vez e a voz dos professores*: contributo para o estudo da cultura organizacional da escola primária. Porto: Ed. Porto, 1994, p. 11-12.
- ⁴ SHIROMA, E. O., MORAES, M. C. M de. EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 64.
- ⁵ DANTAS, Ivo. *Constituição federal anotada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. 634 p, Art. 216.
- ⁶ GONÇALVEZ, José R. O patrimônio como categoria de pensamento. ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.) *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, 316 p, p.23.
- ⁷ SILVA, José Afonso da. *Ordenação constitucional da cultura*. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 26.
- ⁸ SILVA, José Afonso da. *Ordenação constitucional da cultura*. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 26.
- ⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio*. Ensaaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.66.
- ¹⁰ SILVA, José Afonso da. *Ordenação constitucional da cultura*. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 98.
- ¹¹ CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Banalização do patrimônio cultural material e consequências perversas para a vida na cidade. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio cultural*: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006, p. 20.
- ¹² PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Cultural* : consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009, p.35.
- ¹³ CUNHA, Maria Isabel da. (org.) *Formatos avaliativos e concepção de docência*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p.06.
- ¹⁴ FORQUIN, J.C. *Escola e cultura*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993, p.14.
- ¹⁵ KUENZER, Acacia (Org.). *Ensino Médio*: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3ª ed. Cortez, 2002, p. 101.
- ¹⁶ LAHIRE, B. *A experiência literária*: leitura, sonho e atos falhos. In: LAHIRE. *Homem Plural*: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 95-96.
- ¹⁷ LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares*: as razões do improvável. 1ª Ed. Porto Alegre: Ática, 2004, p.20.
- ¹⁸ KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura*: teoria e prática. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1998, p.07.
- ¹⁹ HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2006, p.13.
- ²⁰ HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2006, p.10.
- ²¹ GOODMAN, Keneth. O processo da leitura - considerações a respeito das línguas e do desenvolvimento. In: Ferreiro,E. e Palácio, M. *Os Processos de*

Leitura e Escrita: novas perspectivas. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987. p.11-22.

²² KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1998, p.16.

²³ KUENZER, Acacia (Org.). *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3ª ed. Cortez, 2002, p.101.

²⁴ GOODMAN, Keneth. O processo da leitura - considerações a respeito das línguas e do desenvolvimento. In: Ferreiro, E. & Palácio, M. *Os Processos de Leitura e Escrita: novas perspectivas*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987. p.15.

²⁵ CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª ed., Bauru, EDUSC, 2002. p. 10.

²⁶ CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª ed., Bauru, EDUSC, 2002. p. 28.

²⁷ GOODMAN, Keneth. O processo da leitura: considerações a respeito das línguas e do desenvolvimento. In: Ferreiro, E. & Palácio, M. *Os Processos de Leitura e Escrita: novas perspectivas*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987. p.11-22.